

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**DE**

**Iluminação decorativa de Natal 2016**

## *Cláusulas gerais/especiais*

### ÍNDICE

#### **Clausulas gerais**

1. Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento
2. Regulamento e outros documentos normativos
3. Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço
4. Objeto do concurso
5. Prazo
6. Preço base
7. Obrigações do prestador de serviços
8. Forma de prestação do serviço
9. Critério de apreciação de propostas
10. Preço contratual
11. Condições de pagamento
12. Resolução do contrato
13. Foro competente
14. Comunicações e notificações
15. Contagem de prazos
16. Legislação aplicável
17. Clausulas especiais
  1. Locais a ornamentar
  2. Design
  3. A fornecer pelo município

**Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
  - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

**Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.**

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efetuar.

**Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:
  - a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;
  - b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

#### **Art. 4º Objeto do concurso**

1. O contrato a celebrar tem por objeto principal o aluguer, montagem, desmontagem e assistência da iluminação decorativa de Natal 2016.

#### **Art.5º Prazo**

O prazo para a conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições é o referido no artigo 8º.

#### **Art. 6º Preço Base**

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **12 200,00€**, acrescido de IVA à taxa legal.

### **Obrigações contratuais**

#### **Obrigações do prestador de serviços**

#### **Art.7º Obrigações do prestador de serviços**

1. Proceder ao transporte, montagem e assistência da iluminação decorativa de Natal de acordo com as especificidades estabelecidas no mapa de trabalhos. Assim como todas as atividades inerentes à boa execução dos trabalhos a desenvolver.

#### **Art. 8º Forma de prestação do serviço**

1. Após a adjudicação o concorrente terá de realizar o objeto do concurso, sendo que a montagem deverá ser realizada no dia 25 de novembro de 2016 e a desmontagem nos dias 9 e 10 de janeiro de 2017, sendo a iluminação deverá estar impreterivelmente em completo funcionamento a partir de 26 de novembro de 2016 inclusive. A desmontagem deverá ser feita a partir do dia 09 de janeiro de 2017.

## **Obrigações da Câmara Municipal**

### **Art. 9º Preço Contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

### **Art. 10º Condições de Pagamentos**

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **Art.11º Resolução do contrato**

1. Sem prejuízos de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contratantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

## **Resolução de litígios**

### **Art.12º Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Art.13º Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica [obras.publicas@cm-tondela.pt](mailto:obras.publicas@cm-tondela.pt)

### **Art.15º Contagem dos prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Art.16º Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

## **Art. 17º Clausulas Especiais**

### **1. locais a ornamentar**

É propósito do Município de Tondela ornamentar as artérias mencionadas abaixo, com pórticos/arcos e ou laterais:

As 3 entradas (as rotundas reservadas para os pórticos de entrada são):

- R. Farmácia Tomaz Ribeiro
- R. Entre Adega e Snack Bar Karioca;
- R. Cruzamento de Tonda (junto ao De Borla)

Outras Ruas a ornamentar:

- Largo Ferraz de Carvalho – desde os Bombeiros até à Vários (7 laterais)
- Rua Tomás Ribeiro- desde o café Vitória até o supermercado Mathias (7 ou mais arcos)
- Rua António José de Almeida, desde o café vitória até ao cruzamento da igreja do Carmo (cortinas com bolas)
- Av. Visconde de Tondela (da rotunda da igreja até ao cruzamento da Galp) (arcos com presentes)
- Junto á Pastelaria Joanhina e Largo Ferraz de Carvalho (decorar as árvores e troncos)
- Rua Dr. Teófilo da Cruz (2 laterais do lado da loja Korpus e outras 2 mais à frente do outro lado da estrada)
- Largo 1º Maio (decoração da árvore)
- Av. Dr. Afonso Costa e Av. Dr. João Almiro em Campo de Besteiros (arcos)

Iluminações totalmente em leds. Baixos consumos de energia (5x-). Maior brilho nas ruas.

### **2. Design**

A solução a apresentar deverá ser apresentada será em suporte papel A4 e a cores com a devida implantação do local, ou por outro meio que acharem mais conveniente, para melhor perceção do resultado final.

### **3. A fornecer pelo Município**

O município garantirá baixada na zona central de 41.4 kva (63 amperes) 3 baixadas de 6 amperes nas entradas

Tondela, novembro de 2016

O Presidente da Câmara

(José António Gomes de Jesus, Dr.)